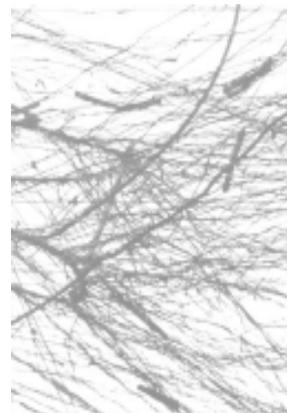


Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva



Rogério da Costa¹

COSTA, R. On a new community concept: social networks, personal communities, collective intelligence. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005.

This text essentially deals with the transmutation of the concept of “community” into “social networks”. This change is due largely to the explosion of virtual communities in cyberspace, a fact that generated a number of studies, not only on this new way of weaving a society, but also on the structural dynamics of communication networks. At the core of this transformation, concepts such as social capital, trust and partial sympathy are called upon, so that we may think about the new forms of association that regulate human activity in our times.

KEY WORDS: computer communication networks; community networks; collective intelligence.

Este texto trata basicamente da transmutação do conceito de "comunidade" em "redes sociais". Esta mudança se deve em grande parte à explosão das comunidades virtuais no ciberespaço, fato que acabou gerando uma série de estudos não apenas sobre essa nova maneira de se fazer sociedade, mas igualmente sobre a estrutura dinâmica das redes de comunicação. No centro dessa transformação, conceitos como capital social, confiança e simpatia parcial são invocados para que possamos pensar as novas formas de associação que regulam a atividade humana em nossa época.

PALAVRAS-CHAVE: redes de comunicação de computadores; redes comunitárias; inteligência coletiva.

¹Professor, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); assessor de Políticas Tecnológicas, PUCSP, São Paulo, SP. <rogcosta@pucsp.br>

A atual interconexão generalizada entre as pessoas tem chamado a atenção de muitos teóricos sobre seus efeitos no quadro das relações individuais e igualmente na forma como os coletivos se comportam quando se constituem como redes de alta densidade. Relações individuais e coletivas, particularmente no ciberespaço, têm despertado o interesse dos estudiosos de redes sociais, dos sociólogos, etnógrafos virtuais, dos ciberteóricos, dos especialistas em gestão do conhecimento e da informação, enfim, de todos aqueles que pressentem que há algo de novo a ser investigado, que a atual vertigem da interação coletiva pode ser compreendida dentro de uma certa lógica, dentro de certos padrões, o que já era anunciado nos anos 1980 pelos analistas estruturais de redes sociais (Wellman & Berkowitz, 1988).

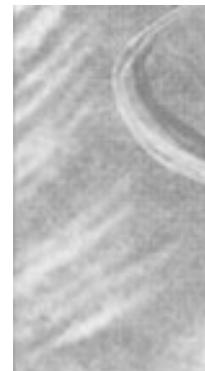
Temas como “inteligência emergente” (Steven Johnson, 2001), “coletivos inteligentes” (Howard Rheingold, 2002), “cérebro global” (Heylighen et al., 1999), “sociedade da mente” (Marvin Minsk, 1997), “inteligência conectiva” (Derrick de Kerckhove, 1997), “redes inteligentes” (Albert Barabasi, 2002), “inteligência coletiva” (Pierre Lévy, 2002) são cada vez mais recorrentes entre teóricos reconhecidos. Todos eles apontam para uma mesma situação: estamos em rede, interconectados com um número cada vez maior de pontos e com uma frequência que só faz crescer. A partir disso, torna-se claro o desejo de compreender melhor a atividade desses coletivos, a forma como comportamentos e idéias se propagam, o modo como notícias afluem de um ponto a outro do planeta etc. A explosão das comunidades virtuais parece ter se tornado um verdadeiro desafio para nossa compreensão.

Mas, antes de tudo, é importante salientar que todo tipo de grupo, comunidade, sociedade é fruto de uma árdua e constante *negociação* entre preferências individuais. Exatamente por essa razão, o fato de estarmos cada vez mais interconectados uns aos outros implica que tenhamos de nos confrontar, de algum modo, com nossas próprias preferências e sua relação com aquelas de outras pessoas. E não podemos esquecer que tal negociação não é nem evidente nem tampouco fácil. Além disso, o que chamamos de preferências “individuais” são na verdade fruto de uma autêntica construção coletiva, num jogo constante de sugestões e induções que constitui a própria dinâmica da sociedade.

Comunidades

Em meio a todo esse alvoroço no ciberespaço, um termo tão consolidado como o de “comunidade” vem sendo discutido e mesmo questionado por alguns teóricos. Alguns reclamam sua falência, com um certo tom nostálgico, lamentando seu desgaste e perda de sentido no mundo atual. Outros apontam para os focos de resistência que comprovariam sua pertinência, mesmo em meio a nossa sociedade capitalista individualizante. Mas há os que acreditam, simplesmente, que o conceito mudou de sentido.

Num livro publicado em 2003, intitulado “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, Zygmunt Bauman, sociólogo reconhecido por seus trabalhos sobre o fenômeno da globalização, procura analisar o que estaria se passando atualmente com a noção de comunidade. É possível perceber uma série de conceitos em jogo no texto do autor: individualismo,



liberdade, transitoriedade, cosmopolitismo dos “bem-sucedidos”, comunidade estética, segurança. Bauman supõe que haja uma oposição entre liberdade e comunidade. Considerando-se que o termo “comunidade” implique uma *“obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”*, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica do mérito (os cosmopolitas), não teriam nada a *“ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela”* (Baumann, 2003, p.59).

O texto defende a idéia de que, hoje, comunidade e liberdade são conceitos em conflito:

há um preço a pagar pelo privilégio de ‘viver em comunidade’. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e à ‘identidade’. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. (Baumann, 2003, p.10)

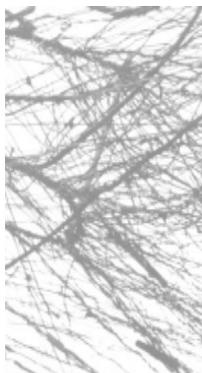
É interessante perceber que a aparente oposição entre liberdade e comunidade que encontramos em Bauman deve-se, de fato, ao sentido que ele atribui à noção de “comunidade”:

tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis (...) E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do ‘compartilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual. (Baumann, 2003, p.57)

Como é possível notar, para o autor a vida individual está envolta em riscos, e querer viver em liberdade deve significar viver sem segurança. Já a comunidade, o lugar da segurança, remete-nos ao sentido mais tradicional que conhecemos, em que os laços por proximidade local, parentesco, solidariedade de vizinhanças seriam a base dos relacionamentos consistentes.

Barry Wellman & Stephen Berkowitz (1988) fazem uma análise bem mais complexa do conceito de comunidade, e que nos traz elementos para pensarmos diferentemente esse problema. Eles partem do princípio de que estamos associados em redes, mas por meio de comunidades pessoais. *“Enquanto a maioria das pessoas sabe que elas próprias possuem laços comunitários abundantes e úteis”*, dizem,

elas com frequência acreditam que muitas outras não os têm. Como evidência, invocam imagens comuns de massas de indivíduos se empurrando e se acotovelando no caminho em ruas abarrotadas, pessoas solitárias sentadas diante da televisão,



hordas caminhando nas ruas em manifestações ou fileiras de empregados diante de suas máquinas ou computadores.
(Wellman & Berkowitz, 1988, p.123)

Isto significa que cada um de nós possui uma visão clara da rede de relacionamentos à qual pertence, mas não é possível perceber facilmente a rede à qual os outros pertencem. Isso inclui não apenas aqueles que não conhecemos, mas também os que fazem parte de nossas relações. Pessoas que conhecemos e com quem temos laços fracos, como afirma Granovetter (1974), possuem muito provavelmente laços fortes com uma rede outra que desconhecemos.

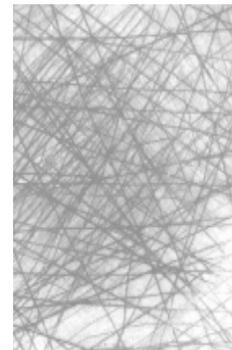
Wellman & Berkowitz (1988, p.124) lembram que, até 1960,

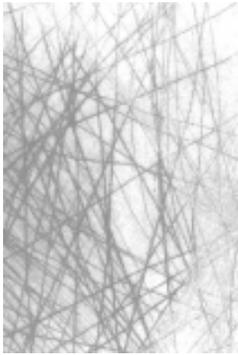
muitos sociólogos compartilhavam essa crença popular no desaparecimento da “comunidade” em grandes cidades e gastaram uma grande quantidade de energia tentando explicar porque isso teria ocorrido. Muito dos seus esforços centraram-se no aparente cataclisma das mudanças associadas com a revolução industrial dos últimos dois séculos.

Essa revolução teria conduzido, por exemplo, às novas formas de exploração, à ausência de laços comunitários e à emergência de novas formas de patologia social, bem como à perda da identidade pessoal.

Wellman & Berkowitz (1988) afirmam que várias análises recentes sofrem de uma “síndrome pastoral”, que compara nostalgicamente as comunidades contemporâneas com os supostos velhos bons tempos. É assim que sociólogos urbanos dizem que o tamanho, a densidade e heterogeneidade das cidades contemporâneas têm alimentado laços superficiais, transitórios, especializados e desconectados nas vizinhanças e ruas. Com isso, os laços de família extensos têm se esvaziado e deixado os indivíduos sozinhos com seus próprios recursos, além de poucos amigos, transitórios e incertos. Como consequência, indivíduos solitários sofrerão mais seriamente de doenças devido à ausência de suporte social de amigos e parentes. Mas os autores perguntam-se: essas coisas de fato se desfizeram? Será mesmo que os laços interpessoais são agora provavelmente em número menor, curtos em duração e especializados em conteúdo? As redes pessoais estariam se esgotando tanto assim que os poucos laços restantes serviriam apenas de base para relações desconectadas entre duas pessoas, no lugar de servirem como fundação para comunidades mais extensas e integradas?

Novas técnicas de coleta de dados mais sistemáticas, desenvolvidas desde os anos de 1950, mostraram que as comunidades contemporâneas não estavam tão mortas quanto se pensava. Por outro lado, e igualmente importante, pesquisadores começaram a demonstrar que as comunidades pré-industriais não eram tão solidárias quanto se acreditava. Analisando-se sociedades de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, constata-se que muitas localidades não possuem comunidades de suporte, redes sociais ou laços de parentesco consistentes. Para Wellman & Berkowitz (1988), esses estudos mostram que





as relações dentro dessas sociedades pré-industriais são em geral hierárquicas, com laços de exploração especializados, com uma profunda divisão separando facções. Além disso, historiadores têm sistematicamente usado fontes demográficas e de arquivo para demonstrar que muitas comunidades pré-revolução industrial eram menos solidárias do que se pensava. (p.125)

Ou seja, se respeitarmos o conceito tradicional de comunidade, elas nem estariam completamente condenadas nas sociedades industriais, e tampouco seriam encontradas em abundância nas sociedades pré-industriais. O que os recentes analistas de redes apontam é para a necessidade de uma *mudança* no modo como se compreende o conceito de comunidade: novas formas de comunidade surgiram, o que tornou mais complexa nossa relação com as antigas formas. De fato, se focarmos diretamente os laços sociais e sistemas informais de troca de recursos, ao invés de focarmos as pessoas vivendo em vizinhanças e pequenas cidades, teremos uma imagem das relações interpessoais bem diferente daquela com a qual nos habituamos. Isso nos remete a uma transmutação do conceito de “comunidade” em “rede social”. Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais. Atualmente, o que os analistas estruturais procuram avaliar são as formas nas quais padrões estruturais alternativos afetam o fluxo de recursos entre os membros de uma rede social. Estamos diante de novas formas de associação, imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis.

O capital social

Na corrente dessa mudança de perspectiva do conceito de “comunidade” para “redes sociais”, vários autores das ciências sociais passaram a investigar, desde os anos de 1990, o conceito empírico de capital social (Burt, 2005; Lin, 2005; Narayan, 1999; Portes, 1998; Grootaert, 1997; Fukuyama, 1996; Putnam, 1993; Coleman, 1990). Essa noção poderia ser entendida como: a *capacidade de interação dos indivíduos*, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente. Capital social significaria aqui a capacidade de os indivíduos *produzirem* suas próprias redes, suas comunidades pessoais.

Cabe lembrar que James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993), que estão entre os primeiros a analisar a noção de capital social, procuraram defini-lo como a coerência cultural e social interna de uma sociedade, as normas e valores que governam as interações entre as pessoas e as instituições com as quais elas estão envolvidas. A importância do papel das instituições é muito clara aqui, pois estas funcionam como mediadoras da interação social, uma vez que propagam valores de integração entre homens e mulheres. Escolas, empresas, clubes, igrejas, famílias ainda funcionam como referência para as relações sociais, apesar de todas as crises que vêm

enfrentando. Compreender seu papel e influência numa comunidade faz parte do processo de avaliação do capital social. Países arrasados por guerras civis ou invasões (Rwanda e Iraque, por exemplo)² percebem uma degeneração acentuada de seu tecido social, causada justamente pela ausência do papel ativo das instituições. Reconstruí-las é o meio mais seguro para se restaurar parte do capital social perdido (que é, basicamente, a confiança perdida).

Contudo, as instituições, como apontamos, exercem um papel regulador e mediador de processos mais profundos. O que nos interessa, no caso de uma análise do capital social, são as variáveis microsociológicas, como a sociabilidade, cooperação, reciprocidade, pró-atividade, confiança, o respeito, as simpatias. Daí o fato de muitos estudos sobre capital social apontarem para a necessidade do levantamento de uma série de informações sobre o cotidiano das pessoas como, por exemplo, saber se elas conversam com seus vizinhos, recebem telefonemas, mas também se freqüentam clubes, igrejas, escolas, hospitais etc. Traduzindo de outra forma, é preciso levantar a implicação dos indivíduos em associações locais e redes (capital social estrutural), avaliar a confiança e aderência às normas (capital social cognitivo) e, igualmente, analisar a ocorrência de ações coletivas (coesão social). Estes seriam alguns indicadores básicos do capital social de uma comunidade.

Mas por que seria isso considerado precisamente como “capital”? Ora, as relações sociais passam a ser percebidas como um “capital” justamente quando o processo de crescimento econômico passa a ser determinado não apenas pelo capital natural (recursos naturais), produzido (infraestrutura e bens de consumo) e pelo financeiro. Além desses, seria ainda preciso determinar o *modo como os atores econômicos interagem e se organizam* para gerar crescimento e desenvolvimento. A compreensão dessas interações passa a ser considerada como riqueza a ser explorada, capitalizada. Como assinalam Grootaert & Woolcock (1997, p.25):

Um dos conceitos de capital social, que encontramos nos sociólogos R. Burt, N. Lin e A. Portes, refere-se aos recursos - como, por exemplo, informações, idéias, apoios - que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos ('capital') são 'sociais' na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. A estrutura de uma determinada rede - quem se relaciona com quem, com que freqüência, e em que termos - tem, assim, um papel fundamental no fluxo de recursos através daquela rede.

Há, contudo, uma forte tendência de a economia neoclássica rejeitar as análises que procuram introduzir variáveis de ordem social nas teorias econômicas contemporâneas. Francis Fukuyama (1996) critica, em seu famoso livro “Confiança”, a perspectiva dominante da economia neoclássica

²Nem mesmo a Cruz Vermelha, que se acreditava ser uma instituição imune às convulsões sociais, foi poupada de ataques no Iraque.

e suas conseqüências para uma autêntica reflexão sobre capital social. Ele discorda radicalmente dos pressupostos que alimentam essa teoria, fundamentalmente baseada numa visão de natureza humana egoísta:

Todo o imponente edifício da teoria econômica neoclássica contemporânea repousa num modelo relativamente simples da natureza humana: os seres humanos são “indivíduos maximizadores da utilidade racional”. Isto é, os seres humanos procuram adquirir o maior número possível de coisas que julgam úteis para si. Fazem isso de maneira racional, e fazem esses cálculos como indivíduos que buscam maximizar o benefício para si próprios sem se preocupar com o benefício de quaisquer grupos de que façam parte. Em suma, os economistas neoclássicos postulam que os seres humanos são indivíduos essencialmente racionais, mas egoístas que procuram maximizar seu bem-estar material. (Fukuyama, 1996, p.33)



Sua crítica é de que tal perspectiva é insuficiente para explicar a vida política, com todos os seus desdobramentos emocionais, como não é suficiente para explicar muitos aspectos da vida econômica: “*Nem toda ação econômica deriva do que é tradicionalmente conhecido como motivos econômicos*” (Fukuyama, 1996, p.33). A tese de que os indivíduos exercem suas escolhas com base na maximização da utilidade, agindo assim de forma racional, não parece resistir a uma análise que leve em conta a vida em redes e associações que caracteriza a grande maioria dos homens. Esta é também a perspectiva de Mark Granovetter (2000), que vê nessa tese a enorme dificuldade dos economistas para incluírem em sua visão as inúmeras variáveis do campo social.

Simpatia parcial e confiança

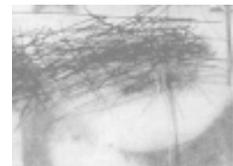
O que Fukuyama (1996) e Granovetter (2000) estão, no fundo, criticando, é a crença dos economistas numa natureza humana fundamentalmente egoísta. Tal crença, que alimentou e ainda alimenta muitas filosofias, encontra uma de suas mais importantes críticas na tese do filósofo David Hume (1983). Para este, a visão do egoísmo como fundo da natureza humana é a saída mais fácil para quem procura pensar a sociedade. O que Hume sustenta é outra posição, que não exclui o egoísmo, mas o coloca como caso particular de algo mais geral: a parcialidade de nossa natureza. Na afirmação de Deleuze, em sua interpretação de Hume:

Caso se entenda por egoísmo o fato que toda tendência persegue sua própria satisfação, coloca-se apenas o princípio de identidade, $A = A$, o princípio formal e vazio de uma lógica do homem, e ainda de um homem inculto, abstrato, sem história e sem diferença. Concretamente, o egoísmo designa apenas *alguns* meios que o homem organiza para satisfazer suas tendências, em oposição a outros meios possíveis. Esses podem ser a generosidade, a hereditariedade, os costumes, os hábitos. Jamais a

tendência pode ser abstraída dos meios que se organiza para satisfazê-la. (Deleuze, 1953, p.34)

A tese central de Hume (1983) é a de que nossa generosidade é limitada por natureza. O que nos é natural é uma generosidade limitada. O homem seria, então, muito menos egoísta do que parcial. A verdade é que o homem é sempre o homem de um clã, de uma comunidade. Sendo assim, a essência do interesse particular não é o egoísmo, mas a parcialidade. Com efeito, os egoísmos apenas se limitariam. Daí a necessidade de invocarmos os contratos sociais, exatamente porque eles seriam uma forma de limitação de um egoísmo supostamente “natural” dos homens. Já com relação às simpatias o problema seria outro: é preciso integrá-las numa totalidade positiva. Como nos lembra Deleuze (1953, p.26), o que Hume reprova precisamente às teorias do contrato é de

nos apresentar uma imagem abstrata e falsa da sociedade, de definir a sociedade de modo apenas negativo, de ver nela um conjunto de limitações dos egoísmos e dos interesses, ao invés de compreendê-la como um sistema positivo de empreendimentos inventados.



O problema da sociedade, nesse sentido, não é um problema de limitação, mas de *integração*. Integrar as simpatias é fazer com que a simpatia ultrapasse sua contradição, sua parcialidade natural. A estima, o respeito e a confiança são a integral das simpatias. Nosso desafio é estender as simpatias para que seja possível constituir grupos maiores do que aqueles envolvidos pela simpatia parcial. Trata-se de inventar os meios e artifícios para que os homens consigam estender suas simpatias para além de seu clã, família, vizinhança. Ou seja, trata-se de estender as simpatias para além daquilo que se configura ainda como uma parcialidade: as “comunidades” em seu sentido mais tradicional. Para nos constituirmos em sociedade, precisamos empreender a integração das simpatias de forma a constituir um todo maior. Os sentimentos de estima, respeito e confiança são exemplos práticos que apontam para os meios de integração de nossa simpatia com as simpatias de outros. Conquistar a estima, o respeito e a confiança de um estranho significa trabalhar na construção de um laço afetivo mais amplo que aquele de nossas parcialidades. E esse é um dos papéis, senão o mais importante, das instituições: não exatamente o de governar ou regular as relações entre os homens, mas o de mobilizar suas tendências, integrando-as num todo maior, utilizando para tal o artifício dos valores e normas. É nesse sentido que Fukuyama (1996) pode afirmar que “o *capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico*” (p.41).

Um dos aspectos essenciais para a consolidação de comunidades pessoais ou redes sociais é, sem dúvida, o sentimento de confiança mútua que precisa existir em maior ou menor escala entre as pessoas. A construção dessa confiança está diretamente relacionada com a capacidade que cada um teria

de entrar em relação com os outros, de perceber o outro e incluí-lo em seu universo de referência. Esse tipo de inclusão ou integração diz respeito à atitude tão simples e por vezes tão esquecida que é justamente a de *reconhecer*, no outro, suas habilidades, competências, conhecimentos, hábitos... Quanto mais um indivíduo interage com outros, mais ele está apto a reconhecer comportamentos, intenções e valores que compõem seu meio. Inversamente, quanto menos alguém interage (ou interage apenas num meio restrito), menos tenderá a desenvolver plenamente esta habilidade fundamental que é a percepção do outro. Em outras palavras, reconhecer é a aptidão que um indivíduo desenvolve para perceber, detectar, localizar numa outra pessoa uma característica que não havia sido percebida antes e que, por isso mesmo, simplesmente não tinha existência no campo de sua percepção. Mas reconhecer é também, e ao mesmo tempo, dar valor a alguém, aceitá-lo em seu meio, integrá-lo como colega ou parceiro.

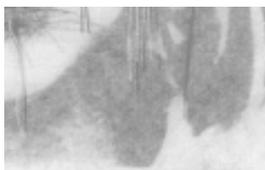
Esta dinâmica do reconhecimento é com certeza uma das bases para a construção da confiança não apenas individual, mas coletiva. Redes sociais só podem ser construídas com base na confiança mútua disseminada entre os indivíduos. Isso pode se verificar em maior ou menor grau, mas de qualquer forma a confiança deve estar presente da forma a mais ampla possível.

Num livro valioso intitulado “Construa Confiança”, Robert Solomon & Fernando Flores (2002) insistem que a confiança é uma dinâmica. Apesar de muitos agirem como se ela fosse um estado:

Ela é de fato parte da vitalidade, não da base inerte, dos relacionamentos. A confiança é uma prática social, não um conjunto de crenças. É um aspecto da cultura e o produto de uma prática, não só questão de psicologia ou de atitude individual. O problema da confiança é prático: como criar e manter a confiança, como se mover da desconfiança para a confiança, de um abuso na confiança para a sua recuperação. A confiança é questão de relacionamentos recíprocos, não de previsão, de risco ou de dependência. A confiança é questão de tecer e manter compromissos, e o problema da confiança não é a perda da confiança, mas sim o fracasso em se cultivar o tecer de compromissos. (p.31)

Quando Fukuyama (1996, p.41) afirma que “o *capital social* é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade”, não se deve esquecer que para se incrementar os laços sociais é preciso investir na construção e no desenvolvimento de relações de confiança e isso requer, no mínimo, anos de encontros e interações. É fato que a confiança é mais facilmente destruída do que construída e que sua produção não é sem custos, requer investimento, pelo menos de tempo e esforço, se não financeiro. Manter o capital social também é dispendioso.

Mais profundamente, pode-se constatar que o nível do capital social de uma comunidade, além de ser um fator que aponta para o potencial de inter-relação das pessoas e para essa capacidade de construção da confiança

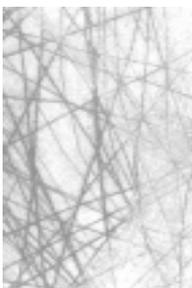


coletiva, é também um indicador do nível de negociação das preferências de cada indivíduo. Nesse sentido, avaliar o capital social de um coletivo é compreender em que etapa ou estágio se encontra a negociação das pessoas naquele momento, se ele é precário, com instituições fracas e violência social, ou se ele é rico, com ações coletivas claras e nível de confiança elevado.

As redes digitais

As redes digitais representam hoje um fator determinante para a compreensão da expansão de novas formas de redes sociais e da ampliação de capital social em nossa sociedade. Testemunhos como os de Howard Rheingold, por exemplo, vêm comprovando que a sinergia entre as pessoas via web, dependendo do projeto em que estejam envolvidas, pode ser multiplicada com enorme sucesso. As diversas formas de comunidades virtuais, a estratégia P2P, as comunidades móveis, a explosão dos blogs e wikis, a recente febre do orkut são prova de que o ciberespaço constitui fator crucial no incremento do capital social e cultural disponíveis.

Esta compreensão, na verdade, vem se consolidando gradativamente desde o início da década de 1990. O próprio Rheingold, em seu livro *Comunidade Virtual* (1996), já percebia naquele momento que as comunidades virtuais não eram apenas lugares onde as pessoas se encontravam, mas também um meio para se atingir diversos fins. Ele antecipou que *“as mentes coletivas populares e seu impacto no mundo material podem tornar-se uma das questões tecnológicas mais surpreendentes da próxima década”* (p.142). Bem antes disso, em 1976, o pesquisador americano Murray Turoff, idealizador do sistema de intercâmbio de informação eletrônica (EIES), considerado o ponto de partida das atuais comunidades *on line*, prenunciava que a conferência por computador poderia fornecer aos grupos humanos uma forma de exercitarem a capacidade de ‘inteligência coletiva’. Segundo ele, um grupo bem sucedido exibirá um grau de inteligência maior em relação a qualquer um de seus membros (Turoff apud Rheingold, 1996). Estava lançada assim a idéia de que a interconexão de computadores poderia dar nascimento a uma nova forma de atividade coletiva, centrada na difusão e troca de informações, conhecimentos, interesses etc. Steven Johnson (2001) compartilha, igualmente, dessa visão:



Podemos ver os primeiros anos da web como uma fase embrionária, evoluindo através de seus antepassados culturais: revistas, jornais, shoppings, televisões etc. Mas hoje já há algo inteiramente novo, uma espécie de segunda onda da revolução interativa que a computação desencadeou: um modelo de interatividade baseado na comunidade, na colaboração muitos-muitos.

Rheingold (1996) não só constatou a emergência das comunidades virtuais, como também viu nelas uma relação mais profunda, motivado em especial pela questão do excesso de informação que já caracterizava a jovem Web.

Com efeito, um dos problemas da rede era o da “oferta demasiada de informação e poucos filtros efetivos passíveis de reterem os dados essenciais, úteis e do interesse de cada um” (p.77). Mas enquanto os programadores se esforçavam para desenvolver agentes inteligentes que realizassem a busca e filtragem de toneladas de informações que se acumulavam na rede, Rheingold já detectava a existência de “contratos sociais entre grupos humanos - imensamente mais sofisticados, embora informais - que nos permitem agir como agentes inteligentes uns para os outros” (p.82).

Começava a se consolidar uma idéia de mente coletiva, ou de inteligência coletiva, que poderia não apenas resolver problemas em conjunto, em grupo, coletivamente, mas igualmente trabalhar em função de um indivíduo, do seu benefício. Rheingold (1996) lembra que as comunidades virtuais abrigam um grande número de profissionais, que lidam diretamente com o conhecimento, o que faz delas um instrumento prático potencial.

Quando surge a necessidade de informação específica, de uma opinião especializada ou da localização de um recurso, as comunidades virtuais funcionam como uma autêntica enciclopédia viva. Elas podem auxiliar os respectivos membros a lidarem com a sobrecarga de informação. (p.82)

As comunidades virtuais estariam funcionando, portanto, como verdadeiros filtros humanos inteligentes.

Junte-se a isso a possibilidade real de se mensurar e cartografar a atividade coletiva por meios digitais, quer seja de forma direta com pesquisas *on-line*, de forma indireta via agentes inteligentes ou ainda de forma concedida via *tracking*. Atualmente, são várias as análises de redes sociais que se valem da Internet para realizar mapeamentos e pesquisas³. Há um enorme esforço de construção de uma teoria das redes empreendido por vários teóricos da atualidade, e que tem como um dos inspiradores mais conhecidos a figura do psicólogo americano Stanley Milgram. Lembremos que, nos anos 1960, Milgram propôs uma descrição da rede de conexões interpessoais que ligam os indivíduos numa comunidade (Milgram, 1967). Sua hipótese impulsionou as formulações matemáticas de Duncan Watts & Steven Strogatz (1998) sobre a teoria do “mundo pequeno” e a dinâmica coletiva em rede (teoria dos seis graus de distância ou seis passos). Também o físico Albert-László Barabási tem se destacado por suas pesquisas sobre o papel que os nós “especialistas” (hubs) desempenham nas redes em geral e no ciberespaço em particular. Da mesma forma que Rheingold, Barabási (2002) tem se referido com frequência a uma sociologia de afluência na web, promovida pela forma como os links entre páginas se estabelecem⁴. Essa relação entre a sociologia e a teoria das redes tem motivado inúmeras pesquisas, como nos mostra Mark Buchanan (2002), estabelecendo em seu livro *Nexus* uma série de associações entre os trabalhos de Granovetter e Fukayama, por exemplo, e as teses matemáticas de Watts e Strogatz.

Pierre Lévy (2002) também tem defendido a participação em

³ Pode-se consultar por exemplo os sites Social Network Analysis <<http://www.sfu.ca/~insna>> e Cyberatlas <<http://www.cyberatlas.guggenheim.org/home/index.html>>.

⁴ Consultar <www.nd.edu/~alb/>.

comunidades virtuais como um estímulo à formação de inteligências coletivas, às quais os indivíduos podem recorrer para trocar informações e conhecimentos. Fundamentalmente, ele percebe o papel das comunidades como o de filtros inteligentes que nos ajudam a lidar com o excesso de informação, mas igualmente como um mecanismo que nos abre às visões alternativas de uma cultura.

Uma rede de pessoas interessadas pelos mesmos temas é não só mais eficiente do que qualquer mecanismo de busca”, diz ele, “mas, sobretudo, do que a intermediação cultural tradicional, que sempre filtra demais, sem conhecer no detalhe as situações e necessidades de cada um. (p.101)

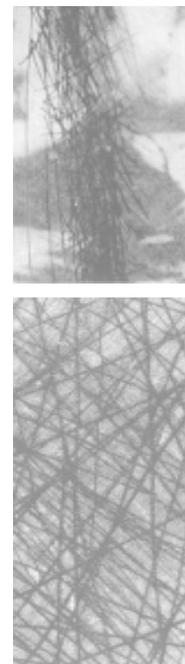
Da mesma forma que Rheingold, Lévy está profundamente convencido de que uma comunidade virtual, quando convenientemente organizada, representa uma importante riqueza em termos de conhecimento distribuído, de capacidade de ação e de potência cooperativa.

Conclusão

O conceito de redes sociais responde a uma compreensão da interação humana de modo mais amplo que o de comunidade. Se as análises sociológicas de Granovetter (2000) e Wellman (1988) caminharam nessa direção já no final dos anos 1970, as proposições filosóficas de Deleuze & Guattari (1982) também seguiram esse caminho nessa mesma época. Conceitos como rizoma e agenciamento coletivo procuravam traduzir o sentimento de que a sociedade do final do século XX já não se organizava mais segundo parâmetros convencionais de localidade, parentesco, vizinhança etc. (Deleuze & Guattari, 1982). Essas reflexões surgiram, de fato, ao mesmo tempo em que se desencadeava uma profunda revolução nos meios de comunicação. Tal revolução acabou por provocar uma mudança determinante na forma de interação entre os indivíduos, no modo como cada um poderia interagir e estar em contato com outros ao seu redor. É isso que vivenciamos hoje, com o surgimento do ciberespaço, a multiplicação das ferramentas de colaboração *on-line*, as tecnologias de comunicação móvel se integrando às mídias tradicionais etc.

O resultado mais conhecido de todo esse processo são as comunidades virtuais. Desde seu início, elas sempre foram criticadas pela ausência de contato físico entre seus participantes. O que raramente se perguntou foi sobre o próprio conceito de comunidade em jogo. Cobrar das comunidades virtuais aquilo que se entendia romanticamente por “comunidade”, tal como Baumann (2003) o faz, seria simplesmente se impedir de ver o que vem acontecendo nos movimentos coletivos de nossa época. Como afirma Pierre Lévy (2002), as comunidades virtuais são uma *nova forma de se fazer sociedade*. Essa nova forma é rizomática, transitória, despreendida de tempo e espaço, baseada muito mais na cooperação e trocas objetivas do que na permanência de laços. E isso tudo só foi possível com o apoio das novas tecnologias de comunicação.

É exatamente essa ambigüidade produzida pelo conceito de comunidade



que a noção de rede social vem contornar. Não se trata mais de definir relações de comunidade exclusivamente em termos de laços próximos e persistentes, mas de ampliar o horizonte em direção às redes pessoais. É cada indivíduo que está apto a construir sua própria rede de relações, sem que essa rede possa ser definida precisamente como “comunidade”. Mais profundamente, é no bojo da revolução tecnológica atual que se percebe a força de um conceito como aquele de Hume, o de simpatia parcial. A possibilidade de integração de simpatias dentro da cibercultura é da ordem do jamais visto em nossa história. Os homens conseguem encontrar zonas de proximidade lá onde isso pareceria impossível: pessoas compartilham idéias, conhecimentos e informações sobre seus problemas, dificuldades e carências. O que na maior parte dos casos não seria possível fazer entre “próximos”, simplesmente porque as redes locais são por definição limitadas no tempo e espaço. As redes locais ou “comunidades” no sentido mais tradicional são, justamente, o resultado da parcialidade natural do ser humano. Expandi-las é o que enfrentamos como desafio.

Há muito ainda a se aprender sobre a formação de redes sociais, a afluência de idéias e informações por meio de associações humanas no ciberespaço. O que já está claro, para a multidão que povoa o mundo virtual, é que estamos diante de um fenômeno que nos força a pensar diferentemente a maneira como nos organizamos em grupos e comunidades.

Referências

- BARABASI, A. L. **Linked: the new science of networks**. New York: Perseus, 2002.
- BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUCHANAN, M. **Nexus: small worlds and the groundbreaking theory of networks**. Local: Norton, 2002.
- COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- COSTA, R. **A cultura digital**. Publifolha, 2002.
- DELEUZE, G. **Empirisme et subjectivité**. Paris: PUF, 1953.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux**. Paris: Minuit, 1982.
- FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GRANOVETTER, M. **Le marché autrement**. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- GRANOVETTER, M. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- GROOTAERT, C. **Social capital: the missing link?** (Social Capital Initiative working paper n.3). Washinton: World Bank, 1997.
- GROOTAERT, C; WOOLCOCK, M. Expanding the measure of wealth: indicators of environmentally sustainable development. Washington: World Bank, 1997.
- HEYLIGHEN, F.; BOLLEN, J.; RIEGLER, A. **The evolution of complexity**. Dordrecht: Kluwer Academic, 1999.
- HUME, D. **Traité de la nature humaine**. Paris: Aubier, 1983.
- JOHNSON, S. **Swarming next time**. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20010707070217/www.feedmag.com/templates/default.php3?a_id=1568>. Acesso em: 15 jan. 2001.



COSTA, R.

KERCKHOVE, D. **Connected intelligence**. Toronto: Somerville House, 1997.

Lévy, P. **Cyberdemocratie**. Paris: Odile Jacob, 2002.

LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. **Social capital: theory and research**. New Brunswick: Aldine Transaction, 2005.

MILGRAM, S. The Small-World Problem. **Psychology Today**, n.1, p.60-7, 1967.

MINSK, M. **The society of mind**. New York: Simon and Schuster, 1997.

NARAYAN, D. **Bonds and bridges: social capital and poverty** (Policy Research working paper 2167). Washington: World Bank, 1999.

PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review Sociology**, n.24, p.1-24, 1998.

PUTNAM, R. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RHEINGOLD, H. **Smart mobs: the next social revolution**. Local: Perseus, 2002.

RHEINGOLD, H. **Comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

SOLOMON, R.; FLORES, F. **Construa confiança**. São Paulo: Record, 2002.

WATTS, D.; STROGATZ, S. Collective dynamics of 'small-world' networks. **Nature**, n.393, p.440-2, 1998.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988.

COSTA, R. Por un nuevo concepto de comunidad: Redes sociales, comunidades personales, inteligencia colectiva. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005.

Este texto trata básicamente de la transmutación del concepto de "comunidad" en "redes sociales". Este cambio se debe, en gran parte, a la explosión de las comunidades virtuales en el ciberespacio, hecho que acabó generando una serie de estudios no solo sobre esa nueva manera de hacer sociedad, sino también sobre la estructura dinámica de las redes de comunicación. En el centro de esa transformación, recurrimos a conceptos como capital social, confianza y simpatía parcial para poder pensar las nuevas formas de asociación que regulan la actividad humana en nuestra época.

PALABRAS CLAVE: redes de comunicación de computadores; redes comunitarias; inteligencia colectiva.

Recebido para publicação em: 06/07/05. Aprovado para publicação em: 17/07/05.

